

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 12

PORTAL R7 - NACIONAL - O QUE É QUE EU FAÇO SOPHIA
SEGURIDADE SOCIAL

BC: resgate do dinheiro esquecido vai exigir conta especial; saiba fazer..... 2

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Pagamento do PIS começa hoje..... 3

O POPULAR - GO - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Paralisação no INSS deve atingir 25 mil perícias..... 5

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Extinção - ESPLANADA..... 6

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS institui avaliação remota de pessoas com deficiência..... 8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entrada nos EUA facilitada..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Fraude de R\$ 809,9 milhões..... 10

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Cancelamento de título impede 30 mil brasileiros de votarem..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Moro recorre contra bloqueio..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PECs tiram o sono da equipe econômica..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PEC dos Combustíveis libera gastos de R\$ 17,7 bi fora das regras fiscais..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Moeda recua para R\$ 5,25, menor cotação desde 15 de setembro..... 17

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Por que as crianças não sonham em trabalhar na área fiscal? (Artigo)..... 18

BC: resgate do dinheiro esquecido vai exigir conta especial; saiba fazer

O que é que eu faço Sophia

/
Sophia Camargo, do R7

Após a divulgação pelo Banco Central de que cerca de 24 milhões de pessoas e empresas têm cerca de R\$ 8 milhões esquecidos nos bancos, o aumento da demanda às consultas ao SVR (Sistema Valores a Receber) causou queda no sistema que obrigou o BC a criar um novo site para direcionar as consultas .

O site valoresareceber.bcb.gov.br vai funcionar a partir de 14 de fevereiro e, caso haja o cidadão verifique que tem mesmo valores esquecidos, poderá solicitar a transferência do dinheiro a partir do dia 7 de março.

Para verificar se existe dinheiro e poder resgatar os valores, o cidadão precisa seguir um passo a passo e acessar o login gov.br . Essa conta dá acesso aos serviços do governo, como, por exemplo, **INSS**, carteira de trabalho digital, **Receita Federal** e Justiça Eleitoral, entre outros.

Porém o Banco Central informa que, caso tenha recursos esquecidos em bancos, o cidadão deverá ter uma conta gov.br com nível de segurança "prata" ou "ouro" para poder solicitar o resgate desses recursos, já que esse tipo de conta oferece um nível de segurança maior.

A criação da conta gov.br é gratuita.

As contas gov.br têm três níveis de segurança: bronze, prata e ouro, sendo bronze considerado o nível básico e ouro, o nível considerado de segurança máxima.

Para resgatar o dinheiro esquecido será preciso ter uma conta de nível "prata" ou "ouro".

Dessa forma, quanto maior a segurança da validação dos dados do usuário, em bases da Justiça Eleitoral ou via certificado digital, por exemplo, maior o nível da conta. Veja abaixo a tabela comparativa de segurança entre os tipos de contas gov.br

O primeiro nível de conta gov.br é o bronze , cujo nível de segurança é considerado apenas básico.

Para aumentar o nível da sua conta gov.br de bronze para prata (nível de segurança alto) ou ouro (nível de segurança máximo), será preciso acessar o aplicativo Gov.br e seguir as instruções ou também abrir o site gov.br, entrar na conta e aumentar o nível em "Selos de Confiabilidade".

O nível prata é obtido através de:

- Validação facial pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto nas bases da Carteira de Habilitação (CNH)

- Validação dos seus dados via internet banking de um banco credenciado

- Validação dos seus dados com usuário e senha do SIGEPE, se você for servidor público federal

O nível ouro é obtido através de:

- Validação facial pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto nas bases da Justiça Eleitoral

- Validação dos seus dados com Certificado Digital compatível com ICP-Brasil

Ainda ficou com alguma dúvida? Envie suas perguntas para a coluna " O que é que eu faço, Sophia? " pelo e-mail sophiacamargo@r7.com .

Site: <http://noticias.r7.com/prisma/o-que-e-que-eu-faco-sophia/bc-resgate-do-dinheiro-esquecido-vai-exigir-conta-especial-saiba-fazer-08022022>

Pagamento do PIS começa hoje

Começam hoje os pagamentos dos abonos salariais do Programa de Integração Social (PIS) de 2022. Os trabalhadores do setor privado, inscritos no PIS, receberão o abono salarial deste ano no período de 8 de fevereiro a 31 de março, pela Caixa Econômica. Para **servidores públicos**, militares e empregados de estatais, inscritos no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), o pagamento vai de 15 de fevereiro a 24 de março, pelo Banco do Brasil.

O valor do abono é proporcional ao período em que o empregado trabalhou com carteira assinada em 2020. Cada mês trabalhado equivale a um benefício de R\$ 101, com períodos iguais ou superiores a 15 dias contados como mês cheio.

Quem trabalhou 12 meses com carteira assinada receberá o salário mínimo cheio, de R\$ 1.212.

Datas do pagamento Os trabalhadores da iniciativa privada que recebem pela Caixa devem seguir o mês de nascimento.

Para quem nasceu em janeiro, o saque será feito hoje; quem nasceu em fevereiro, receberá dia 10 de fevereiro; em março, recebe 15 de fevereiro; em abril, 17 de fevereiro; em maio, 22 de fevereiro; em junho, 24 de fevereiro; em julho, 15 de março; em agosto, 17 de março; em setembro, 22 de março; em outubro, 24 de março; em novembro, 29 de março; e, por último, quem nasceu em dezembro, receberá no dia 31 de março. Os trabalhadores do setor público, que recebem pelo Banco do Brasil, seguirão as datas do pagamento com base no último dígito da inscrição no programa. O final da inscrição 0 e 1, receberão no dia 15 de fevereiro; os finais 2 e 3, receberão dia 17 de fevereiro; final 4, receberá em 22 de fevereiro; final 5, em 24 de fevereiro; final 6, em 15 de março; final 7, em 17 de março; final 8, em 22 de março; e, por último, final 9 receberá dia 24 de março.

Como serão os saques Trabalhadores da iniciativa privada com conta corrente ou poupança na Caixa receberão o crédito automaticamente no banco, de acordo com o mês de seu nascimento.

Os demais beneficiários receberão os valores por meio da poupança social digital ou Cartão do Cidadão. O pagamento do abono do Pasep ocorre via crédito em conta para quem é correntista ou tem poupança no Banco do Brasil.

**Site: [https://www.folhape.com.br/edicao-
impressa/2033/08-02-2022/](https://www.folhape.com.br/edicao-
impressa/2033/08-02-2022/)**

Paralisação no INSS deve atingir 25 mil perícias

Médicos peritos do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) notificaram o Ministério do Trabalho e Previdência sobre nova paralisação que será realizada nesta terça (8) e quarta (9) em todo o país. Segundo a ANMP (Associação Nacional de Médi-

cos Peritos), cerca de 25 mil perícias agendadas serão afetadas.

Aqueles que não forem atendidos devido à paralisação devem ter a perícia remarcada pelo próprio **INSS** até o meio-dia do dia seguinte ao atendimento cancelado, segundo a portaria

nQ 922 do **INSS**, publicada em setembro. Na última paralisação dos peritos, no dia 31 de janeiro, o **INSS** informou que seus servidores faziam a rema reação do atendimento na agência. A agen -da, porém, tinha nova vaga apenas para mais de 15 dias depois

da data original, o que prolonga a espera pelo pagamento do auxílio-doença.

A portaria estabelece que a nova data do agendamento deve estar disponível para consulta a partir das 13h do dia seguinte ao cancelamento, no site ou

aplicativo Meu **INSS** ou pelo telefone 135. A perícia é exigida para benefícios como auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadorias por incapacidade permanente ou para pessoa com deficiência e BPC (Benefício de Prestação Continuada). (FP)

Site: <https://opopular.com.br/digital/08-fevereiro-2022/10-caderno>

Extinção - ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI

O seguro-desemprego e a multa de 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS/foto), em caso de demissão sem justa causa, podem ser extintos. A sugestão - polêmica - consta em relatório de 262 páginas formulado pelo Grupo de Altos Estudos do Trabalho (GAET), composto por ministros, juristas, acadêmicos e economistas. Conforme o parecer do colegiado, subordinado ao Ministério da Economia, as propostas visam dar maior dinamismo à economia, desestimulando demissões e reservando recursos para a formação dos empregados.

Depósitos O texto sugere substituir o seguro-desemprego por depósitos no FGTS - proporcionais ao salário recebido pelo trabalhador - durante os 30 primeiros meses de vínculo trabalhista.

Multa Em vez da multa de 40% do FGTS, o trabalhador poderia sacar recursos do fundo a qualquer momento, mas depois de acumulados 12 salários mínimos. Procurado, o Ministério da Economia não se posicionou.

Alô, mercado O presidente Jair Bolsonaro (PL) e os presidentes Sergio Moro, João Doria e Ciro Gomes confirmaram presença em conferência (online) que será promovida, no fim do mês, por um banco de investimentos. O ex-presidente Lula avalia o convite, inclinado a recusar.

Vias Antes unanimidade no DEM para ser o nome do partido para disputar a presidência da República, o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta agora cogita outras vias eleitorais após a fusão - com o PSL - que deu origem ao União Brasil.

A sigla deve ser oficializada hoje pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

De volta Caciques do União mudaram os rumos das articulações e, em vez de indicar vice, o partido pretende lançar candidatura própria. Mandetta não consta na lista encabeçada por Luciano Bivar, presidente da futura legenda. Fora do baralho, o médico avalia disputar uma cadeira da Câmara, onde foi deputado por dois mandatos antes de ser ministro de Bolsonaro.

Cabo de guerra A negociação para formação de uma federação partidária entre PT e PSB virou cabo de guerra. O PT cedeu ao abrir mão da pré-candidatura

ao governo de Pernambuco. Não foi suficiente para a cúpula do PSB, que cobra mais "reciprocidade". Deputados petistas - radicais - já falam em ter outros partidos de esquerda, menos o PSB, na federação.

Convites O advogado Paulo Fernando Melo, principal expoente político do movimento católico Pró-Vida no DF, hoje no famigerado PTB, está sendo assediado por diferentes legendas. Recebeu convites para filiação no PL, PP, União pelo Brasil, PSC, Agir e Republicanos. Paulo obteve 28 mil votos em 2018 para a Câmara.

Corregedor Deputados da oposição querem que o ministro da Economia, Paulo Guedes, compareça à Câmara para explicar a nomeação do auditor João Tafner, simpatizante de Bolsonaro, para a Corregedoria da **Receita Federal**. O requerimento já foi protocolado. A Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Unafisco) manifestou preocupação com a nomeação.

Padre Cícero

O presidente Jair Bolsonaro (PL) e o presidente Sergio Moro peregrinam pela terra do Padre Cícero, em Juazeiro do Norte (CE), reduto político da esquerda. Moro até recebeu o título de Cidadão Juazeirense, na Câmara Municipal. Já Bolsonaro participa, hoje, de ato de transposição do rio São Francisco.

Veto

O Congresso Nacional tende a derrubar hoje o veto que trata da distribuição gratuita de absorventes para estudantes de baixa renda, pessoas em situação de rua e mulheres detidas no sistema prisional. O presidente Jair Bolsonaro vetou a proposta no ano passado sob o argumento de que o texto do projeto não estabeleceu fonte de custeio.

Cibernéticos

As empresas brasileiras correm atrás do seguro de Riscos Cibernéticos. De janeiro a novembro de 2021, a expansão dessa carteira no país foi de 151%. Embora ainda pequeno, o mercado atrai cada vez mais a procura de setores como varejo, energia elétrica e saúde.

Site:

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldeb>

rasilia/?edicao=14399

INSS institui avaliação remota de pessoas com deficiência

Brasília

*/
Hellen Leite, do R7, em Brasília*

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) publicou a portaria que institui o atendimento remoto para avaliação social, obrigatória para a concessão do BPC (Benefício Assistencial de Prestação Continuada) às pessoas com deficiência.

A medida atende a uma exigência feita pelo TCU (Tribunal de Contas da União) em junho de 2021, quando determinou que o **INSS** deveria utilizar canais remotos para fazer a avaliação social e perícia médica em casos de pessoas com deficiência. Na época, mais e 100 mil requerimentos aguardavam na fila da perícia.

De acordo com o texto publicado no Diário Oficial da União desta terça-feira (8), o serviço será disponibilizado nos canais remotos MEU **INSS** e Central de Atendimento 135, permitindo ao cidadão escolher a forma do atendimento, presencial ou remota. A Avaliação Social Remota será realizada nas dependências do **INSS** ou de entidades parceiras, cabendo ao cidadão comparecer ao endereço indicado, no dia e hora do seu agendamento para o atendimento.

Antes de ser implementada, a medida havia passado por um período de 90 dias de testes em prefeituras com acordo de cooperação com o **INSS**. Agora, as ações passam a ser adotadas em todo o país. Por enquanto, de acordo com o documento, só será permitida a avaliação remota para o requerimento inicial do BPC, e não está autorizada a avaliação remota nas modalidades revisional e recursal.

O BPC concede um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou às pessoas com deficiência de qualquer idade. Para ter acesso ao benefício é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor que um quarto do salário-mínimo.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/inss-institui-avaliacao-remota-de-pessoas-com-deficiencia-08022022>

Entrada nos EUA facilitada

Raphael Felice

A Casa Civil, pasta do governo federal, anunciou ontem o ingresso do Brasil no Global Entry (GE), programa do governo norte-americano que facilita a entrada de imigrantes brasileiros e a liberação rápida no controle de passaporte nos Estados Unidos por meio de cadastro prévio. O Global Entry é administrado pela Autoridade de Aduanas e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos (CBP, na sigla em inglês). Contando com o Brasil, fazem parte do GE 11 nações.

Para participar, os viajantes interessados devem ser aprovados pela CBP, após pagar taxa de inscrição e cumprir o processo de registro e avaliação prévia. Uma vez aprovados, os viajantes podem fazer o trâmite de ingresso nos EUA em aeroportos selecionados de maneira simplificada, por meio de quiosques automáticos.

Os brasileiros precisam fazer o seguinte: inscrição na plataforma do programa, pagar US\$ 100 para se inscrever, cumprir todo processo de registro e avaliação prévia e ser aprovados pelo CBP.

Segundo a Casa Civil, a medida vai estimular contatos de empresários, turismo, além de interação acadêmica entre instituições de ensino de ambos países. De acordo com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, o GE também vai "fortalecer as relações entre os dois países".

Além da Casa Civil da Presidência da República, a parceria contou com o envolvimento dos ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e Segurança Pública e da Economia, assim como da Secretaria da **Receita Federal** e da Polícia Federal.

Fruto de negociações iniciadas em 2013, a adesão brasileira à iniciativa norte-americana batizada com o nome de Global Entry foi formalizada em novembro de 2019, alguns meses após viagem oficial do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos. Conforme decreto assinado em março de 2020 pelo presidente Bolsonaro e pelo então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, inicialmente, a iniciativa seria testada com até 20 brasileiros participantes do Fórum de Altos Executivos Brasil-EUA. Posteriormente, as inscrições seriam disponibilizadas para um número limitado de pessoas, para que o sistema informatizado desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)

fosse testado e aprimorado.

Em vídeo divulgado pelas redes sociais, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, disse que a medida estimulará negócios entre os dois países e intensificará a interação acadêmica e o turismo, estreitando as relações. "Começa a valer, hoje, uma novidade muito boa para os brasileiros que pretendem viajar aos EUA e que, agora, podem se inscrever no programa Global Entry, que facilita o processo de entrada migratória dos viajantes que, após cumprir o processo de registro e de avaliação prévia, forem aprovados, podendo se beneficiar de uma entrada mais rápida e fácil nos aeroportos dos Estados Unidos", comentou o ministro. (Com agências)

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/08/02/2022/p1>

Fraude de R\$ 809,9 milhões

Relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) mostra que R\$ 809,9 milhões em auxílio emergencial foram pagos de forma irregular a pelo menos 1,8 milhão de pessoas, o equivalente a 3,2% do total de 56,8 milhões de beneficiários.

De acordo com o documento, o governo já conseguiu reaver cerca de R\$ 44,4 milhões pagos indevidamente. Porém, a recuperação dos R\$ 764,5 milhões restantes ainda dependem da "adoção de providências pelo Ministério da Cidadania".

Principal medida do governo federal para combater a pandemia, o Auxílio Emergencial foi pago entre abril e agosto de 2020, no valor de R\$ 600 mensais no início da pandemia de covid. Depois, o benefício foi prorrogado por quatro meses em valor menor, de R\$ 300. Essa extensão foi analisada por uma auditoria da CGU por meio de cruzamento de dados.

Nesse período, a Controladoria-Geral identificou que 15,7 mil pessoas "com indicativo de óbito"; 38,2 mil presos em regime fechado; 16,7 mil residentes no exterior; 822 mil trabalhadores com vínculo formal de emprego; e 240 mil famílias com renda mensal superior ao limite de enquadramento no auxílio receberam as parcelas de forma indevida.

O relatório da CGU menciona ainda 160.662 pessoas que receberam, simultaneamente, benefício previdenciário ou assistencial registrado na folha de pagamentos do **INSS**; além de 442.175 que também receberam benefício do Bolsa Família, com a soma dos valores superando os limites estabelecidos. Houve ainda 17.993 beneficiários cuja família embolsou mais de duas cotas do auxílio; e 75.635 que receberam mais parcelas do que o devido.

O Ministério da Cidadania informou que o método usado pela auditoria não considerou os benefícios cancelados na revisão mensal ou em decorrência das recomendações dos órgãos de controle - como a própria CGU. Além disso, reforça o ministério, houve "expressivo aumento" nos valores que foram devolvidos aos beneficiários ou estornados.

Além disso, o ministério sustentou que o relatório chegou com atraso - quando a última parcela do Auxílio Emergencial, de outubro de 2021, já tinha sido paga. "Não houve tempo hábil para processar os arquivos com efeitos ainda no momento de vigência (do programa)", afirmou a pasta, em nota.

O Ministério da Cidadania ressaltou, ainda, que foi instituída uma estratégia de ação contra as fraudes, envolvendo Polícia Federal, Receita, Ministério Público e Tribunal de Contas da União (TCU).

A pasta também afirmou que, uma vez que os pagamentos indevidos forem verificados e confirmados, a devolução dos recursos será solicitada. Entre as medidas adotadas estão o resgate dos valores não movimentados na Caixa Econômica Federal e a disponibilização do site devolucaoauxilioemergencial.cidadania.gov.br, que permite a devolução de recursos.

Cancelamento de título impede 30 mil brasilienses de votarem

GABRIEL DE SOUSA

A oito meses das eleições gerais que irão escolher o presidente, governadores, senadores e deputados federais e distritais, cerca de 30 mil brasilienses tiveram seus títulos de eleitor cancelados.

Segundo o Tribunal Regional Eleitoral do DF (TRE-DF), a punição ocorreu porque esses eleitores não compareceram às urnas nas últimas três eleições, de 2010, 2014 e 2018.

O órgão informa que quem se encontrar nessa situação poderá resolver suas pendências até o dia 4 de maio. Deverão também procurar o TRE-DF até esta data aqueles que desejam solicitar transferência de domicílio ou justificar faltas.

Devido ao aumento do número de casos de coronavírus na capital federal, o tribunal suspendeu o seu atendimento presencial por tempo indeterminado.

Dessa forma, os eleitores deverão temporariamente acionar os serviços do TRE-DF pela internet, no site [https:// www.tre- df.jus.br/](https://www.tre-df.jus.br/) .

Além de ficarem impedidos de participar das próximas eleições, os eleitores com os títulos cancelados não poderão obter passaporte, carteira de identidade e nem contratar empréstimos em bancos públicos.

Também ficam impedidos de se inscrever no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou em concursos públicos.

O tribunal alerta ainda que os 30 mil brasilienses também não poderão receber seus salários caso sejam **servidores públicos**, além de ficarem impossibilitados de realizar renovações de matrícula em instituições de ensino superior gerenciadas pelo Governo Federal.

Os adolescentes de 15 anos que estiverem com 16 anos completos até o dia 2 de outubro, data do primeiro turno das eleições gerais deste ano, também podem participar do sufrágio e, portanto, podem retirar o seu título de eleitor para poder comparecer às urnas.

Para retirarem a primeira via do seu título de eleitor, os

brasilienses devem acessar o atendimento remoto do Tribunal Regional Eleitoral do DF, disponível no site: <https://www.tre-df.jus.br/eleitor/atendimento-remoto>, e preencher um formulário com dados pessoais, para assim poder receber o documento necessário para a participação nas eleições.

O assessor de Comunicação do TRE-DF, Fernando Velloso, explica que a Justiça Eleitoral reforça a importância do voto dos eleitores. "É um exercício de cidadania e um reforço da nossa democracia, sendo importante para a decisão das pessoas que irão representá-las. É muito importante que o voto de cada um esteja representado", conta.

De acordo com o órgão, para as eleições que serão realizadas em outubro deste ano, 2,1 milhões de brasilienses estão aptos a comparecer às urnas da capital.

Jovens com "fome de mudanças"

Os adolescentes de 16 a 18 anos, que por lei não são obrigados a participar das eleições, podem retirar a primeira via do seu título de eleitor até o dia 4 de maio, para poder participar do sufrágio geral de outubro.

Uma das novas eleitoras que neste ano de 2022 irá depositar o seu voto pela primeira vez é a estudante Lorena Cairus, de 16 anos, que ainda não retirou o seu documento eleitoral. A jovem explica que não possui um total conhecimento do passo-a-passo da retirada do seu título de eleitor.

"Mesmo quando essas informações estão disponíveis, elas não são amplamente divulgadas, seja nas redes sociais ou nas escolas. Eu acredito que isso não prejudique somente a mim, como também a milhões de jovens que vivem espalhados pelo Brasil, em condições que a internet às vezes não alcança", argumenta a adolescente.

Lorena observa que, com o cenário atual do país, a participação do público adolescente que pode depositar o seu voto nas urnas possui uma grande importância.

"É essencial que os jovens votem. Não só para trazer alguma chance de estabilidade para o Brasil, como também para garantir o nosso futuro", afirma.

A estudante defende que a participação dos jovens foi decisiva em vários momentos da história do país e que eles também podem ter o seu espaço de decisão nas eleições deste ano: "Como já ficou provado em várias ocasiões, a minha geração tem fome de mudança", ressalta a futura eleitora.

Número de falecidos na contagem

Para o cientista político André César, a ausência de 30 mil brasilienses nas últimas três eleições demonstra o fato de que o público não está inserido na discussão eleitoral: "Em tese, o grau de participação no debate geral e político não é tão grande".

André também questiona a presença de eleitores falecidos nos dados da Justiça Eleitoral, o que pode contribuir para a grandeza do número apresentado pelo TRE-DF.

"Podem ter pessoas que morreram neste período, e isso afeta a contagem dos eleitores", explica.

O tema da obrigatoriedade é polêmico nas pautas eleitorais. André César, por exemplo, critica a obrigação da presença dos eleitores de 18 a 70 anos nas eleições brasileiras.

Segundo ele, a pauta deve ser discutida, sendo "um grande problema" para as discussões civis. "Em pleno século 21, onde você tem acesso à informação, o voto obrigatório deveria entrar em pauta nas discussões", argumenta o cientista político.

César também rebate as consequências que são impostas aos eleitores que tiveram os seus títulos eleitorais cancelados no DF. "É um direito do cidadão não querer votar e não se importar com isso. Eu posso até não concordar, mas é um direito dele".

O cientista diz que os impedimentos atrapalham a vida cotidiana dessas pessoas. "É uma punição muito severa para uma irregularidade, que não é um crime. A multa em si para o que não vota é irrisória, mas para quem tem o seu título cancelado, é uma pena muito grande", lamenta o especialista.

Site:

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebbrasil?edicao=14399>

Moro recorre contra bloqueio

GABRIELA CHABALGOITY*JOÃO VÍTOR TAVAREZ*

Os advogados do presidente Sergio Moro (Podemos) recorreram, ontem, ao Tribunal de Contas da União (TCU), contra o pedido feito à Corte pelo subprocurador-geral Lucas Furtado de bloqueio cautelar de bens do ex-ministro. Moro é investigado por supostas ilegalidades cometidas no trabalho prestado à consultoria americana Alvarez Marsal.

"Em que pese a manifesta incompetência desta Corte de Contas para atuar nas situações descritas, bem como da indissociável incoerência de fatos ilícitos, o último requerimento do subprocurador-geral Lucas Furtado, atuando à margem do próprio Ministério Público de Contas, deve ser integralmente indeferido, arquivando-se o feito no âmbito desta Corte", enfatizou o documento, assinado por Gustavo Bonini, Cassio Prudente, Laerzio Chiesorin, Rodrigo Gaião e Guilherme Malucelli.

No sábado, o senador Alvaro Dias (Podemos) e outros seis parlamentares da legenda entraram com representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Furtado por suposto abuso de autoridade. "A medida é tão teratologicamente indevida que, no bojo de um ano eleitoral em que o ex-juiz figura como possível postulante à Presidência da República, faz notar a quem quiser ver a utilização do cargo de procurador do TCU para perseguição pessoal", afirma o documento dos senadores. "Nenhuma autoridade pública pode abusar dos poderes que lhe tenham sido atribuídos para prejudicar ou beneficiar outrem ou por mero capricho ou satisfação pessoal. E uma atitude tão idiossincrática como a relatada só pode representar o cúmulo da pessoalidade.

A representação ainda aponta que não cabe ao TCU a apreciação de contratos privados, pois sua competência, conforme o partido, está voltada para a proteção da administração pública. "Mesmo indícios de sonegação não atrairia qualquer competência da referida Corte, uma vez que se trata de obrigação de particular para com o Estado. Só uma vez que o dinheiro seja considerado já público é que a atuação do tribunal, para fiscalizar sua administração, justifica-se", diz outro texto do documento.

Em 4 de fevereiro, Furtado pediu ao ministro Bruno Dantas, do TCU, o bloqueio dos bens de Moro sob a alegação de suposta sonegação de **impostos** sobre os pagamentos que o presidente recebeu da

Alvarez Marsal.

Ao Estadão, Furtado negou que tenha interesse em interferir no jogo eleitoral e que tenha excedido suas funções. "Procuero não invadir o mundo político. Conheço meus limites", disse.

O advogado Wilson Sahade explicou que a sonegação fiscal significa omitir ou mentir para as autoridades fiscais. "Independentemente da situação, há muito se discute a possibilidade de o TCU impor indisponibilidade de bens, especialmente os de particulares, pois ainda se encontra pendente de conclusão o julgamento do MS 35506, no qual o STF (Supremo Tribunal Federal) poderá definir essa questão", afirmou.

Segundo o advogado tributarista Fernando Zilveti, o natural é que se apure o ato praticado pela empresa investigada na operação, que teria indiretamente contratado um ex-agente público (Moro), para ter benefício de um processo determinado do qual o juiz fez parte. "Essa competência é do TCU, mas pode, no caso de constatar sonegação fiscal, encaminhar um ofício para a **Receita Federal** para que ela investigue o juiz e veja se ele está sonegando **impostos** também", frisou.

*Estagiários sob a supervisão de Cida Barbosa

PECs tiram o sono da equipe econômica

rosana hessel

O clima no Ministério da Economia está cada vez mais tenso. O ministro Paulo Guedes já pediu ao presidente Jair Bolsonaro (PL), sem muito sucesso, que não endosse duas propostas de Emenda à Constituição (PEC) a respeito de combustíveis em discussão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, apresentadas na semana passada. Além de Bolsonaro, a Advocacia-Geral da União foi alertada sobre os riscos fiscais das duas PECs, que são chamadas de "kamikazes" por analistas e pela equipe econômica.

A que mais preocupa os técnicos da Economia é a do Senado, a PEC 1/2022, de autoria do senador Carlos Favaro (PSD-MT). Pelas estimativas de fontes do governo, a proposta pode custar mais de R\$ 100 bilhões aos cofres públicos, comprometendo a meta de limitar o déficit primário neste ano a R\$ 170,5 bilhões. Além disso, a proposta possui dispositivos que criam despesas e extrapolam o teto de gastos. No ano passado, esse limite foi ampliado em mais de R\$ 100 bilhões, para R\$ 1,7 trilhão, pela polêmica PEC dos Precatórios.

A PEC 1/22 tem como co-autores vários senadores da base governista. A matéria autoriza União, estados e municípios a reduzirem os **impostos** sobre o diesel, gás e energia elétrica, bem como outros **tributos**. Além disso, altera o teto de gastos e concede auxílio diesel de até R\$ 1,2 mil a caminhoneiros autônomos, subsídio de 100% ao gás de cozinha para famílias de baixa renda e subsídios para o transporte coletivo. E ainda prevê a criação de um fundo de compensação de preços, medida que mais preocupa o ministro Paulo Guedes.

Na Câmara, outra PEC, do deputado Christino Áureo (PP-RJ), que tem o selo da Casa Civil, também prevê redução dos **impostos** sobre combustíveis e autoriza estados e municípios a fazerem o mesmo. Áureo ainda não conseguiu o mínimo de 171 assinaturas. As estimativas de impacto da medida variam de R\$ 54 bilhões a R\$ 70 bilhões.

De acordo com o economista e consultor Murilo Viana, é preciso considerar que a proposta tem um dispositivo que prevê redução de outros **tributos**, como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que não incidem sobre os combustíveis e, com isso, o impacto fiscal pode chegar a R\$ 100 bilhões. "As duas PECs

são kamikazes e ameaçam as regras fiscais. O grau de incerteza é muito grande e qualquer analista está fazendo cálculos no escuro. Ninguém sabe o tamanho exato do buraco, mas ele não é pequeno. Isso mostra o clima de improviso em pleno ano eleitoral", lamentou.

Apesar de o ministro da Economia deixar clara a oposição às duas PECs, Bolsonaro vem defendendo a revisão da carga tributária que incide sobre os combustíveis, de olho na campanha à reeleição. "A PEC não é impositiva, é autorizativa em momento de emergência", argumentou Bolsonaro, no último domingo. Ontem, foi a vez do presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, afirmar que vê a PEC da Câmara com "bons olhos".

Na avaliação da economista e professora do Insper Juliana Inhasz, a confusão é mais uma evidência de que a ala política está dando as cartas no governo. "As PECs devem gerar problemas econômicos bem sérios. Depois da PEC dos Precatórios, a porteira da irresponsabilidade fiscal está aberta e vai deixar uma herança maldita gigantesca para os cofres públicos", lamentou, lembrando que as medidas aumentam despesas da União sem prever compensações.

Enquanto isso, o mantra da equipe de Paulo Guedes é pedir o apoio para o Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020, que estabelece valores fixos para a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis. Aprovada na Câmara em outubro de 2021, a medida ainda precisa ser apreciada pelo Senado e tem resistência dos governadores. (Colaboraram Michelle Portela e Taísa Medeiros)

PEC dos Combustíveis libera gastos de R\$ 17,7 bi fora das regras fiscais

DANIEL WETERMAN

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis no Senado abre caminho para o governo federal gastar em 2022 até R\$ 17,7 bilhões fora das principais regras de sustentabilidade das contas públicas em vigor.

Caso a proposta seja aprovada, os recursos devem ir para bancar, em ano eleitoral, a criação de um auxílio-diesel para caminhoneiros, um subsídio para as tarifas de ônibus urbanos e a ampliação do vale-gás, excluindo todas essas despesas das amarras fiscais, assim como ocorreu com o pagamento do auxílio emergencial durante a pandemia de covid-19.

A proposta foi apresentada pelo senador Carlos Fávaro (PSD-MT), aliado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e foi apelidada pela equipe econômica de "PEC Kamikaze" por promover, além da desoneração do combustível, a criação de auxílios com aumento de gastos para a União em 2022 e 2023.

O texto institui um auxílio- diesel para caminhoneiros autônomos, proposta defendida pelo presidente Jair Bolsonaro, mas em uma proporção maior ao projetado pelo governo. A proposta é de até R\$ 1,2 mil por mês para 750 mil motoristas autônomos, criando uma despesa de R\$ 10,8 bilhões neste ano.

A PEC autoriza o governo federal a repassar até R\$ 5 bilhões para Estados e municípios aplicarem no transporte coletivo, com o objetivo de subsidiar o aumento nas tarifas para os passageiros.

Além disso, os senadores querem ampliar o valegás de 50% para 100% do preço do botijão. O orçamento do programa é de R\$ 1,9 bilhão, ou seja, o governo precisaria dobrar os recursos.

Um dispositivo da PEC retira as despesas com esses subsídios do teto de gastos (que limita o crescimento à **inflação** do ano anterior), da meta de resultado primário (receitas menos despesas, exceto o pagamento de juros), que neste ano permite rombo de até R\$ 79,3 bilhões, e da regra de ouro (que proíbe o governo de se endividar para pagar despesas correntes).

ASSINATURAS. Até agora, 31 senadores assinaram a autoria da PEC. O apoio não significa que esses parlamentares votarão favoravelmente ao texto. Normalmente, integrantes do Senado assinam iniciativas de colegas para viabilizar a tramitação, que só começa com 27 assinaturas.

Em medidas polêmicas, porém, as assinaturas sinalizam apoio para a discussão.

Para financiar os subsídios, a PEC destina os recursos de dividendos pagos pela Petrobras à União e as receitas do governo federal com leilões do pré-sal. Os repasses seriam feitos por meio do Fundo Social, que já existe. O argumento dos senadores é de que, com receita nova, não seria necessário deixar os gastos sob o teto.

O Ministério da Economia se movimenta contra a PEC, ao calcular que poderia causar um rombo de R\$ 100 bilhões nos cofres públicos. O governo não encaminhou uma proposta própria, mas colocou a digital, por meio da Casa Civil, em uma PEC diferente, protocolada na Câmara.

Na justificativa da PEC de sua autoria, o senador Carlos Fávaro afirmou: "Por se tratar de medida extraordinária, com duração até dezembro de 2023, financiada com fonte própria que nunca foi utilizada para realização de nenhuma despesa primária, não faz nenhum sentido estar subordinada ao teto de gastos, nem a qualquer outra medida de limitação de realização de despesas, seguindo o mesmo princípio adotado para o Auxílio Emergencial no âmbito da Emenda Constitucional nº 109".

Para o líder do PSDB no Senado, Izalci Lucas (DF), o benefício da PEC supera o custo fiscal. "Não pode ficar do jeito que está. Todo mundo tem que pagar o preço, o governo federal, os Estados e também a Petrobras", afirmou. "A Economia nunca é a favor. Não apresentam nada e, se o Senado não faz, nada acontece." O líder do PL, partido de Bolsonaro, Carlos Portinho (RJ), é favorável à redução de **impostos**, mas criticou os subsídios criados pela proposta.

"Não é sustentável", afirmou.

"Temos de buscar soluções de longo prazo."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Moeda recua para R\$ 5,25, menor cotação desde 15 de setembro

Clayton Castelani

O dólar fechou esta segunda-feira (7) com queda de 1,35%, a R\$ 5,2520. É a menor cotação da moeda americana ante o real em quase cinco meses. A menor marca anterior havia sido R\$ 5,2360, em 15 de setembro.

A atuação do Banco Central ao remediar a alta da **inflação** por meio do aumento da taxa Selic é um dos fatores que sustentam a queda da moeda americana.

Juros altos ampliam a atratividade da renda fixa brasileira para investidores estrangeiros, que trazem seus dólares. Somente neste ano, mais de US\$ 30 bilhões entraram no país. "O principal diferencial [para a queda do dólar] pode ser a taxa de juros. Estamos com a Selic a 10,75%,0 que dá um juro real [descontada a **inflação**] elevado neste ano, se considerarmos uma previsão de IPCA [**inflação** oficial] prevista para 5,3%", diz Fernando Gia-varina, chefe de câmbio da Valor Investimentos.

Para o mercado de ações, porém, a valorização da renda fixa representa concorrência. A alta da Selic pode exercer pressão negativa sobre o desempenho da Bolsa de Valores brasileira.

Nesta segunda-feira, o Ibovespa derrapou. O índice de referência do mercado acionário do país caiu 0,22%, a 111.996 pontos. Neste ano, porém, a Bolsa ainda acumula valorização de 6,84%.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49815&anchor=6449712&pd=56e5171ca9ff59b173f807f9391ba55c>

Por que as crianças não sonham em trabalhar na área fiscal? (Artigo)

THIAGO SOUZA

Você já ouviu alguma criança dizer que quando crescer quer trabalhar na área contábil e fiscal? Não só na infância, mas a burocracia e o tempo desperdiçado fazem com que muitas pessoas não queiram ingressar no setor.

Estudos apontam que profissionais dessas áreas gastam, em média, 1.500 horas por ano com a parte burocrática, para pagamentos de **tributos**. A papelada e os processos lentos que demandam tempo são as principais críticas de quem atua nesse segmento. Sendo assim, a maioria das crianças não sonha em exercer uma função nessa área.

Porém, a tecnologia está mudando esse cenário conhecido como lento e burocrático. A otimização das rotinas fiscais, com o uso de RPA (Robotic Process Automation), está se tornando uma tendência mundial e no Brasil não é diferente.

A transformação digital nas organizações não é algo para o futuro, é um processo que já está em curso. E, neste cenário, ficarão para trás os negócios que não souberem aproveitar as tecnologias existentes para melhorar seus processos e proporcionar ferramentas de trabalho mais ágeis para seus colaboradores.

Pense na sua empresa: os esforços de seus funcionários estão sempre voltados para aquilo que deve ser o foco de suas funções?

Ou será que muitos ainda precisam lidar com tarefas maçantes e trabalhosas que poderiam ser automatizadas?

A tecnologia de hoje permite que tarefas chatas e repetitivas, que comprometem o rendimento e, por consequência, causam custos desnecessários às empresas, sejam desenvolvidas não por humanos, mas por robôs que trazem soluções rápidas e acessíveis.

Para empresas com departamentos fiscais ou tributários, soluções de automação são imprescindíveis para quem deseja evitar erros humanos, aumentar a produtividade, reduzir custos e ainda garantir processos ágeis e modernos.

Para mostrar como a tecnologia pode ser uma aliada dos futuros profissionais da área fiscal, lançamos o livro "Clarisse no País da Burocracia" com o objetivo de ressaltar que essa área e as profissões que a norteiam são muito importantes e podem sim, oferecer uma carreira interessante para futuros contadores.

Esse livro faz parte do nosso sonho/projeto de desburocratizar a área fiscal, principal motivo pelo qual a Dootax foi fundada, utilizando tecnologia para as tarefas manuais, repetitivas, fornecendo mais assertividade e incentivando os colaboradores desses departamentos nas empresas.

No enredo do livro, a pequena Clarisse descobre que quando está perdida, qualquer caminho serve. A personagem conta ainda com uma ajuda inesperada e encontra a direção de volta para casa de uma forma mais simples, embarcando em uma grande viagem no país da burocracia. Para sair dessa situação, ela vai precisar de uma ajudinha inusitada, mas muito útil. Se você quiser conferir, o livro pode ser baixado gratuitamente.

CO-FUNDADOR E HEAD DE MARKETING DA
DOOTAX

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2033/08-02-2022/>